**POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE À REDUÇÃO DA**

**MAIORIDADE PENAL**

João Vitor Machado Peres¹, Amanda Rodrigues Alves²

E-mail: jvma\_peres@hotmail.com

¹ Graduando em Direito pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP). Patrocínio, Minas Gerais, Brasil, 2023; ² Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Pós-graduada em Ciências Penais pela faculdade Milton Campos. Pós-Graduada em Docência Jurídica pela Faculdade Arnaldo. Graduada em Processos Gerenciais com ênfase no Terceiro Setor pela Universidade Estadual de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Professora no Prolabore cursos preparatórios para concursos, situado em Belo Horizonte/MG. Professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP). Patrocínio, Minas Gerais, Brasil,2023.

Muitas são as discussões sobre a redução da maioridade penal, um debate que sempre ressurge em casos de repercussão envolvendo “crimes” cometidos por menores. O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar se há condições do ponto de vista das políticas públicas para a redução da maioridade penal no Brasil. Com o fito de atingir o objetivo proposto neste trabalho foi realizado pesquisas em artigos científicos, livros de autores diversos relacionados ao tema proposto e dados coletados em sites oficiais. A pesquisa exibe a evolução histórica da legislação penal no Brasil envolvendo jovens infratores, quem é imputável no país, projetos de lei que visam reduzir a maioridade penal, apresenta o cenário atual do sistema carcerário do Brasil, bem como as Políticas Públicas e as verbas destinadas ao sistema prisional. Este trabalho baseou-se no método de pesquisa hipotético-dedutivo, fundamentado na pesquisa bibliográfica, documental, com interpretação dedutiva a partir dedados estatísticos disponíveis. Os resultados obtidos neste trabalho sobre o tema Políticas Públicas e a redução da Maioridade Penal foram através de análise de realizado pesquisas em revistas acadêmicas, bibliografias, livros de autores diversos com relação ao tema proposto e dados coletados em sites. À vista disso, foi analisado a evolução histórica da legislação penal, princípios da criança e do adolescente, atual cenário do sistema carcerário no brasil, analisou as verbas destinadas ao sistema prisional brasileiro, bem como as políticas públicas do encarceramento de menores infratores. A pesquisa concluiu que as políticas públicas do encarceramento de menores infratores enfrentam desafios complexos, mas é possível buscar abordagens mais eficazes que visem à ressocialização e reintegração desses jovens à sociedade.

**Palavras-chave:** Ato infracional. Maioridade penal. Políticas Públicas.